



**01** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Aos membros do Ministério Público, ao contrário do que ocorre com os membros da magistratura, não é vedado o exercício de atividade político-partidária.
- 02) Independente de qualquer condição pessoal, qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- 04) Os Estados Federados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- 08) Além dos partidos políticos em geral, podem impetrar o mandado de segurança coletivo: as organizações sindicais, as entidades de classe ou associações legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- 16) Nas infrações penais comuns o Prefeito Municipal será processado e julgado perante o Tribunal de Justiça do Estado.

**02** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) No sistema constitucional brasileiro, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é configurado como um direito fundamental caracterizado por uma titularidade difusa, que não impede sua proteção na esfera judiciária.
- 02) No que concerne às limitações constitucionais ao poder de tributar é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, e antes de noventa dias da publicação dessa lei.
- 04) Dentre os princípios constitucionais relativos à administração pública estão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- 08) A suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal compete privativamente ao Congresso Nacional.
- 16) O Conselho da República é composto de cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos, sendo que a metade de sua composição é eleita pela Câmara dos Deputados e a outra metade pelo Senado Federal, para mandato de três anos, vedada a recondução.

**03** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Salvo os casos previstos na Constituição Federal, é proibido o acúmulo de cargos públicos. Essa proibição estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, excetuando-se apenas as subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- 02) No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei federal pode ser feita de maneira incidental por qualquer juiz.
- 04) A Constituição da República atribui aos magistrados e aos delegados de polícia a garantia da vitaliciedade, o que significa que eles não podem ser demitidos mediante processo administrativo disciplinar, mas apenas mediante processo judicial.
- 08) A legislação sobre a proteção do patrimônio histórico, incluídas as normas gerais, insere-se na competência privativa do município onde se encontra o acervo.
- 16) Quanto aos poderes inerentes ao executivo, ao receber o texto legal aprovado pelo legislativo, o veto parcial do chefe do poder executivo pode abranger somente texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

**04** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) A Constituição Federal garante a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, estabelecendo a impossibilidade de penhora para pagamento de débitos desde que esses débitos sejam decorrentes de sua atividade produtiva.
- 02) Em caso de dupla vacância dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente da República, ocorrida no penúltimo ano do mandato presidencial, assumirá o cargo o Presidente da Câmara dos Deputados, a título de substituição, até o preenchimento de ambos os cargos, por meio de eleição.
- 04) A Constituição Federal fixa um número mínimo e um número máximo dos membros de integrantes das Câmaras de Vereadores. Esses limites, em se tratando de municípios com menos de um milhão de habitantes são, respectivamente, onze e trinta e três.
- 08) A Constituição Federal somente poderá ser emendada se obtiver, em cada Casa do Congresso Nacional e em dois turnos, votação correspondente a três quintos dos votos de seus respectivos membros.
- 16) Dentre as funções essenciais da justiça, listadas pela Constituição Federal, está a Defensoria Pública Federal, a quem incumbe a tarefa de representar judicial e extrajudicialmente a União e de prestar consultoria e assessoramento do Poder Executivo Federal.

**05** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
- 02) O julgamento anual das contas prestadas pelo Presidente da República e a apreciação dos relatórios sobre a execução dos planos de governo integram o rol das matérias de competência exclusiva do Senado Federal.
- 04) A contratação de servidores pela administração pública direta ou indireta por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, desde que haja previsão legal, não fere o princípio constitucional da exigência de concurso público.
- 08) O plano diretor, previsto pela ordem econômica da Constituição Federal, é obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes.
- 16) As decisões do Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso de constitucionalidade de leis federais são desprovidas de efeito vinculante e de eficácia *erga omnes*.

**06** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) De acordo com o artigo 37, inciso V, da Constituição Federal, as funções de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo. Porém, os cargos comissionados poderão ser preenchidos tanto por servidores de carreira, quanto por outras pessoas, cabendo à lei estabelecer percentuais mínimos para preenchimento pelos servidores.
- 02) Com base no princípio constitucional da autonomia universitária, as universidades públicas, dotadas de personalidade autárquica ou fundacional, podem estabelecer suas normas de organização e procedimentos internos, independentemente da aprovação de autoridades do poder executivo.
- 04) A Constituição Federal, apesar de prever a suspensão e a perda, veda expressamente a cassação de direitos políticos.
- 08) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante autorização da autoridade competente, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada.
- 16) Dentre os princípios constitucionais gerais da atividade econômica estão o da defesa do consumidor e do meio ambiente.

**07** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Os Municípios regem-se por lei orgânica, votada, aprovada e promulgada pela Câmara Municipal, que deverá obrigatoriamente contemplar a possibilidade de apresentação de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de iniciativa popular através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
- 02) De acordo com a Constituição Federal, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, para efeito de aposentadoria.
- 04) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- 08) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público e de todos os servidores, quer ativos, quer inativos, e dos pensionistas.
- 16) De acordo com o estabelecido na Constituição Federal, a competência do Tribunal de Contas da União estende-se à realização de inspeções de natureza operacional nas unidades administrativas do Poder Judiciário.

**08** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) De acordo com a Constituição, se o Prefeito eleito for servidor público ele deverá ser afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.
- 02) Ao disciplinar o estudo do impacto ambiental, a Constituição Federal o fez como uma forma de valorizar a prevenção e assegurar a efetividade do exercício do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- 04) A lei municipal que determine a preferência de pessoas locais sobre as de outras localidades, em caso de empate em concurso público, deve ser considerada inconstitucional, pois apenas lei complementar federal pode estabelecer restrições quanto ao direito de acesso dos brasileiros em geral aos cargos públicos.
- 08) Compete ao Presidente da República a iniciativa de projeto de lei complementar que disponha acerca da organização do Ministério Público da União.
- 16) Os índios possuem o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras por eles tradicionalmente ocupadas, assim entendidas as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

**09** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Dentre as vedações impostas aos membros da magistratura encontra-se a proibição do exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- 02) Denomina-se "outorgada", a Constituição originada de um poder constituinte legitimamente constituído e integrado por representantes do povo, eleitos para o fim de elaborá-la e estabelecê-la.
- 04) A homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias inserem-se no rol das competências originárias do Supremo Tribunal Federal.
- 08) Os Estados, sob pena de intervenção federal, estão obrigados a aplicar um mínimo de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- 16) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de no mínimo trinta e três ministros, um terço deles indicado pelos Tribunais Regionais Federais, um terço pelos Tribunais de Justiça dos Estados, um terço pela Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Ministério Público Federal, em partes iguais.

**10** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Nos termos da Constituição em vigor, as microempresas e as empresas de pequeno porte devem receber tratamento jurídico diferenciado, mediante a simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.
- 02) Caso o Congresso Nacional votasse uma lei federal determinando que o voto passaria a ser facultativo para todos os eleitores brasileiros, esse dispositivo seria inconstitucional, por tratar-se de matéria exclusiva de lei complementar.
- 04) A Constituição Federal estabelece percentuais fixos de repasse ao Legislativo Municipal, que variam de acordo com a população do município, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no parágrafo 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior. O prefeito que deixa de efetuar o repasse ou o efetua a menor incorre em crime de responsabilidade.
- 08) Dentre os cargos privativos de brasileiros natos estão os de Presidente e de Vice-Presidente da República e de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- 16) De acordo com a repartição das receitas tributárias, estabelecida pela Constituição Federal, aos municípios pertence vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

**11** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Em razão dos princípios da ordem econômica e financeira da Constituição Federal, as empresas públicas e sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- 02) A Constituição Federal, ao inserir a livre manifestação do pensamento no rol dos direitos fundamentais, elevou esse direito à categoria de direito fundamental absoluto, razão pela qual não admite nenhuma restrição.
- 04) Normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que não necessitam de qualquer integração legislativa infraconstitucional para produzirem os efeitos almejados pelo constituinte.
- 08) De acordo com o Princípio da Independência e da Harmonia entre os poderes cada um dos poderes pode organizar livremente seus serviços, observando apenas os preceitos constitucionais e legais.
- 16) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

**12** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) A imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis não acarreta a perda da nacionalidade brasileira.
- 02) A competência legislativa municipal restringe-se à legislar sobre assuntos municipais, e suplementar a legislação federal ou estadual no que couber e for constitucionalmente autorizado. Porém, como o ISS, o IPTU e o ITBI são impostos municipais, aos municípios compete privativamente legislar sobre eles, inclusive sobre prescrição e decadência.
- 04) Nos termos da Constituição Federal vigente, compete privativamente à União legislar sobre seguridade social, registros públicos e conservação da natureza.
- 08) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. Dentre as medidas coercitivas impostas poderá estar a proibição de realização de reuniões, mesmo dentro das associações.
- 16) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder. O controle interno será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas.

**13 – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.**

- 01) É inexigível a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.
- 02) Não cabe alteração unilateral do contrato administrativo quando houver modificação do projeto ou das suas especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- 04) Figuram entre os principais contratos administrativos o de concessão de serviço público, o de obra pública, o de concessão de uso do domínio público e os contratos de fornecimentos em geral.
- 08) A presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade são atributos do ato administrativo que o distinguem do ato jurídico do direito privado.
- 16) Na licitação realizada na modalidade de pregão, é inviável a opção pelo tipo técnica e preço, admitindo-se somente o tipo menor preço.

**14 – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.**

- 01) O Sistema de Registro de Preços – SRP da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa não poderá ser realizado para contratação de bens e serviços de informática, mesmo que esteja devidamente justificada e caracterizada vantagem econômica.
- 02) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para alienação de bens imóveis prevista no artigo 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- 04) A desclassificação do licitante, motivada pelo não atendimento às exigências constantes no instrumento convocatório do certame, está diretamente relacionada com o princípio da vinculação ao edital.
- 08) O ato administrativo final, para cuja prática é indispensável a licitação quando exigida, e que antecede, após a homologação do resultado do procedimento, a formalização do contrato administrativo denomina-se adjudicação.
- 16) Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, não deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, por afrontar o princípio da igualdade.

**15 – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.**

- 01) Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras a concessão de subvenções sociais visará à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica.
- 02) Consideram-se Receitas Correntes as receitas tributária, patrimonial, industrial e diversas e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- 04) Fazem parte das Despesas de Capital os investimentos, inversões financeiras e transferências de capital.
- 08) Tributo é a despesa derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição.
- 16) Serão admitidas emendas ao projeto de lei de orçamento que visem a: alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta; conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes; conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado; conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do poder legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

**16 – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.**

- 01) As medidas de polícia administrativa dependem de autorização do poder judiciário, uma vez que cabe aos juizes o restabelecimento da tranquilidade pública.
- 02) O prazo de duração da concessão dos serviços públicos do Município de Ponta Grossa será de 8 (oito) anos, contados da publicação do extrato do contrato, podendo ser renovado por igual período, segundo o interesse e conforme critérios de avaliação definidos pelo Município no edital de licitação e no contrato.
- 04) Considera-se encampação a retomada do serviço pelo Município de Ponta Grossa durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
- 08) Permissão de serviço público é ato bilateral, precário, através do qual o poder público transfere a alguém o desempenho de um serviço de sua alçada.
- 16) Dizer que determinado ato administrativo é discricionário equivale a afirmar que se trata de ato praticado em decorrência de escolha de oportunidade e conveniência do administrador diante de duas ou mais soluções possíveis dentro do contexto de legalidade.

**17** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) O ato administrativo pode ser desfeito pela própria administração pública, com fundamento no seu poder de autotutela, independente da provocação do interessado.
- 02) O contrato de gestão é uma forma de ajuste celebrado entre a administração pública direta e administração Indireta ou entidades privadas que atuam ao lado do Estado, e que poderiam ser enquadradas como paraestatais.
- 04) O princípio da publicidade visa evitar o favoritismo ou privilégios, sendo que a administração pública não pode, no exercício da atividade administrativa, atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é o interesse público seu elemento norteador.
- 08) Para a aplicação das penas que impliquem perda de cargo para funcionário estável, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria basta a abertura de sindicância administrativa.
- 16) Pela inexecução total ou parcial do contrato a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

**18** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Nos termos da Lei Orgânica do Município de Ponta Grossa, compete privativamente ao Município dispor sobre limites e sinalização das áreas de silêncio, de trânsito e de tráfego em condições peculiares.
- 02) É possível a apreciação judicial quanto a um ato de revogação de outro ato administrativo.
- 04) É constitucionalmente permitida a acumulação de dois cargos públicos de médico na esfera estadual com um cargo público de médico na esfera municipal.
- 08) O poder da administração pública em anular seus próprios atos administrativos é o atributo denominado imperatividade.
- 16) De acordo com a Constituição Federal, é subjetiva a responsabilidade de uma empresa privada, concessionária de serviço público, por dano causado a um usuário do serviço.

**19** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Caso ocorra a aplicação de sanção por ato de improbidade administrativa, embasada na Lei nº 8.429/92, fica afastada a incidência das sanções civil, penal e administrativa.
- 02) Nos termos da Lei Orgânica do Município de Ponta Grossa, em casos de calamidade pública, compete ao Prefeito Municipal abrir crédito extraordinário, com o referendo da Câmara Municipal.
- 04) A revogação de um ato administrativo inconveniente ou inoportuno opera retroativamente e somente pode ser praticada pela própria administração pública.
- 08) Enquanto não for decretada a invalidade de um ato administrativo pela própria administração ou pelo poder judiciário, tal ato produzirá efeitos da mesma forma que um ato válido.
- 16) De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, poderá ser concedida isenção de tributos de caráter geral, sem que tal medida implique em renúncia de receita.

**20** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) O requisito da subjetividade é dispensável para a ação regressiva contra o agente público que, nesta qualidade, causar danos a terceiros.
- 02) Na elaboração do projeto de Lei Orçamentária Anual de um município, as receitas provenientes do Imposto Predial e Territorial Urbano podem ser vinculadas à despesa de construção de uma praça pública.
- 04) Nos casos de retrocessão de bem expropriado pelo poder público ao qual não foi dada a destinação estabelecida no ato de desapropriação, o expropriário possui o direito de preferência na aquisição do bem.
- 08) A deflagração do processo legislativo relacionado às leis orçamentárias é de competência privativa do poder executivo, vedada a iniciativa popular.
- 16) O ato discricionário é aquele produzido no exercício de competência delimitada por lei, em todos os seus aspectos, ao qual não se aplica o princípio da motivação.

**21** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) A ação popular e o mandado de segurança são remédios constitucionais que visam, respectivamente, anular ato lesivo ao meio ambiente e proteger o patrimônio público, sempre que o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica, no exercício de atribuições do poder público.
- 02) A contratação de pessoal por tempo determinado pelo poder público depende de lei infraconstitucional de cada ente político.
- 04) Emprego público consiste numa unidade de atribuições a ser ocupada pelo empregado público, mediante vínculo contratual com a administração pública, sendo desnecessário o prévio concurso público.
- 08) Dentre os pressupostos de validade do ato administrativo, inclui-se a finalidade, cuja inobservância configura desvio de poder.
- 16) O *habeas data* pode ser ajuizado por pessoas físicas, brasileiras ou estrangeiras, e por pessoas jurídicas.

**22** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) A legalidade, imperatividade, moralidade, publicidade e eficiência são princípios da administração pública expressos constitucionalmente no artigo 37.
- 02) Além dos princípios da administração pública constante no artigo 37 da Constituição Federal se pode afirmar que existem princípios infraconstitucionais como: presunção de legitimidade, supremacia do interesse público, que, também, regem a administração pública.
- 04) O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado é da essência de qualquer Estado, de qualquer sociedade juridicamente organizada com fins políticos, o da legalidade é específica do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá a identidade própria.
- 08) O princípio da autonomia da vontade permite à administração pública fazer tudo o que a lei não proíbe.
- 16) A administração, pela lei, tem poderes de desapropriar, de requisitar, de intervir, de policiar e de punir; porque tem em vista atender ao interesse geral, mesmo que possa prejudicar um inimigo político.

**23** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Agente público é toda pessoa física que presta serviço ao Estado e às pessoas jurídicas da administração indireta. Pode-se dizer que são três as categorias de agentes públicos: agentes políticos, servidores públicos e particulares em colaboração com poder público.
- 02) O que qualifica o agente político para o exercício da função correspondente não é sua habilitação profissional e a aptidão técnica, mas a qualidade de cidadão.
- 04) Perante a Constituição Federal quando se fala em cargo tem-se que ter em vista dois tipos de situação: o cargo exercido por servidores contratados temporariamente e os cargos de natureza permanente, correspondentes à chefia, direção ou assessoramento.
- 08) A relação jurídica que interliga o poder público e os titulares de cargo público é de índole contratual.
- 16) As Secretarias de Estado como as de Município podem ser classificadas como órgãos públicos autônomos, não independentes, pois se localizam na cúpula da administração, gozam de autonomia administrativa, financeira e técnica e participam das decisões governamentais.

**24** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) No Estado o fenômeno da distribuição interna de plexos de competências decisórias, agrupadas em unidades individualizadas, denomina-se desconcentração.
- 02) Na centralização o Estado atua diretamente por meio dos seus órgãos, isto é, das unidades que são simples repartições interiores de sua pessoa e que por isso dele não se distinguem.
- 04) As autarquias, pessoas jurídicas de direito público, gozam de liberdade administrativa nos limites da lei que as criou; não são subordinadas a órgão algum do Estado, mas apenas controladas.
- 08) É uma característica da fundação a existência de um patrimônio destinado à realização de certos fins que ultrapassam o âmbito da própria entidade.
- 16) A autarquia é entidade com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.

**25** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) A administração pública, direta, indireta ou fundacional sujeita-se somente ao controle interno, pois o controle externo é o efetuado por órgãos alheios à administração.
- 02) A gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Município está sujeita ao controle da casa legislativa, do tribunal de contas, mas não ao controle jurisdicional.
- 04) As entidades da administração indireta e fundacional estão sujeitas a um duplo controle interno: aquele que é efetuado por órgãos seus que lhe compõem a intimidade e aos quais assiste esta função e aquele outro procedido pela administração direta.
- 08) O Tribunal de Contas da União auxiliará no controle da administração indireta, exercendo fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas.
- 16) O controle sobre os órgãos da administração direta é um controle interno e decorre do poder de autotutela que permite à administração rever os próprios atos quando ilegais, inoportunos ou inconvenientes.

**26** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) A impugnação apresentada pelo executado, baseada em excesso de execução, sem indicação do valor que entende correto, deve ser rejeitada liminarmente.
- 02) Ocorre a reconvenção quando, regularmente citado, o réu deixa de oferecer resposta à ação, no prazo legal, reputando-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.
- 04) Os embargos do devedor, nas execuções de título extrajudicial, de acordo com o Código de Processo Civil, serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, independente de penhora, caução ou depósito.
- 08) A execução fiscal não poderá ser promovida contra os sucessores a qualquer título.
- 16) A apelação interposta por um devedor, havendo solidariedade passiva, aproveitará aos outros, quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.

**27** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) As medidas cautelares só podem ser concedidas com audiência da parte contrária.
- 02) Se por qualquer motivo cessar a eficácia da medida cautelar a parte não poderá repetir o pedido pelo mesmo fundamento.
- 04) O requerente do procedimento cautelar responde ao requerido pelo prejuízo que lhe causar a execução da medida se a sentença no processo principal lhe for desfavorável.
- 08) O procedimento cautelar só pode ser instaurado antes do processo principal.
- 16) O indeferimento da medida cautelar não impede que a parte intente a ação principal mesmo se o juiz acolher alegação de prescrição do direito do autor.

**28** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Na hipótese de o juiz verificar que os embargos de declaração possam acarretar a modificação do julgado em sua substância, ele deverá indeferir liminarmente o recurso, pois tais embargos não admitem efeitos infringentes, em virtude da violação do princípio do contraditório.
- 02) A relação processual não terá existência válida quando ausente a capacidade processual das partes, ou quando esta não for devidamente integrada. Constatado o defeito da capacidade, o juiz deverá ensejar sua regularização, marcando prazo razoável, com a suspensão do processo.
- 04) A competência para a execução de decisão judicial de primeiro grau de jurisdição é o juízo que processou a causa, mas admite-se que o credor faça opção pelo foro do domicílio do devedor ou do local onde se encontram bens sujeitos à expropriação.
- 08) Arresto é a apreensão judicial de bens, que não estão em litígio, de um devedor, para a garantia de eventual execução contra ele proposta.
- 16) Não se repetirá a avaliação, salvo quando se provar erro ou dolo do avaliador; por constatação, posteriormente à avaliação, que houve diminuição do valor dos bens ou se houver fundada dúvida sobre o valor atribuído ao bem.

**29** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Se a produção de prova for requisitada mediante carta precatória e desde que a prova nela solicitada seja imprescindível e requerida antes do despacho saneador, o processo será suspenso até a devolução da carta do juízo deprecante.
- 02) No caso de falecimento de qualquer das partes, o processo é suspenso no exato momento em que ocorrer o óbito. No entanto, o início da suspensão será o do conhecimento pelo juiz do fato gerador, sendo que a decisão não terá efeito retroativo e serão válidos os atos processuais até então praticados.
- 04) Na execução por quantia certa contra a fazenda pública, ela será citada para opor embargos em 10 (dez) dias.
- 08) A penhora observará preferencialmente a seguinte ordem: dinheiro, veículos de via terrestre, bens móveis em geral, bens imóveis, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades empresárias entre outras.
- 16) A sentença que reconhece a preempção, a litispendência ou a prescrição e indefere a petição inicial é classificada como sentença terminativa que não faz coisa julgada material.

**30** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.
- 02) Os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, inclusive os créditos de natureza alimentícia, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.
- 04) Em uma execução de título extrajudicial, citado o executado, poderá solicitar, no prazo para oferecimento de embargos, o pagamento do saldo da dívida em até 6 (seis) vezes, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês, desde que deposite judicialmente o equivalente a 30% (trinta por cento) da dívida, além das custas processuais e honorários advocatícios.
- 08) A decisão imotivada conduz à nulidade da decisão.
- 16) Proposta a reconvenção, haverá duas ações em um único processo.

**31** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) No procedimento do mandado de segurança, pode ser requerido o depoimento pessoal da autoridade coatora, para que preste informações a respeito do ato por ela praticado.
- 02) A capacidade civil das partes constitui uma das condições da ação, e a capacidade postulatória consiste em um dos pressupostos processuais.
- 04) Segundo as regras do ônus da prova, o autor deve realizar prova sobre fatos extintivos ou modificativos dos direitos do réu.
- 08) O ato do juiz que decide incidente processual referente à competência é agravável.
- 16) De acordo com o Código de Processo Civil, não se admite a interposição de recurso adesivo no recurso ordinário.

**32** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) O juiz não recebe o recurso de apelação quando a sentença está em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
- 02) De acordo com o Código de Processo Civil, se, diante da previsão legal expressa de forma determinada para um ato processual, este for realizado de modo diverso, ele será aproveitado, desde que alcançada sua finalidade essencial, exceto quando o texto legal cominar expressamente a pena de nulidade para a inobservância de determinada forma.
- 04) A suspensão do processo decorrente de convenção das partes não poderá exceder o prazo de 6 (seis) meses, salvo motivo relevante, devidamente comprovado.
- 08) Os atos processuais meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.
- 16) Não é possível discutir a validade da citação durante o cumprimento de sentença homologatória de acordo judicial.

**33** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Com relação ao cumprimento de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa, o devedor pode aguardar 10 (dez) dias para cumprir a decisão, oportunidade em que poderá optar entre indicar bens à penhora para questionar o débito ou pagar a dívida.
- 02) Não cabe ação rescisória tendo como fundamento a suspeição do juiz.
- 04) Caso haja requerimento da parte autora, o juiz poderá antecipar os efeitos da tutela pretendida em ação de conhecimento, em qualquer estágio do curso do processo, desde que presentes os pressupostos legalmente estabelecidos.
- 08) O recorrente deverá demonstrar a existência de "repercussão geral", em preliminar de recurso extraordinário, sob pena de não conhecimento do recurso.
- 16) Como regra geral, a superveniência de férias forenses interrompe o curso dos prazos processuais, e estes recomeçam a correr do primeiro dia útil seguinte ao término das férias.

**34** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Extingue-se o processo sem resolução do mérito, quando ficar parado por mais de um ano por negligência das partes.
- 02) Qualquer cidadão pode propor uma ação popular sobre questão já julgada improcedente em ação popular da qual ele não foi parte, desde que a improcedência da primeira ação popular tenha ocorrido por falta de provas e o cidadão apresente novas provas.
- 04) Para a interposição do recurso de agravo, na forma retida, o agravante não está obrigado a realizar o preparo.
- 08) Havendo continência, o juiz, de ofício, pode determinar que sejam reunidas as ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.
- 16) Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública.

**35** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) O réu quando for citado poderá impugnar a petição por ela ter sido aditada, após ter sido distribuída.
- 02) É lícito formular pedido genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.
- 04) A petição será indeferida, de imediato, quando o juiz verificar que ela não preenche os requisitos exigidos nos artigos 282 e 283 da Constituição Federal, ou que apresenta defeitos e irregularidade capazes de dificultar o julgamento de mérito.
- 08) O autor poderá apelar, sendo facultado ao juiz, no prazo de quarenta e oito (48) horas, reformar sua decisão, quando sua petição inicial for indeferida, sendo inepta por conter pedido juridicamente impossível.
- 16) Não é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, se entre ele não houver conexão.

**36** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu a fim de dar ciência dos atos e termos do processo.
- 02) A citação válida torna prevento o juízo e, ainda, quando ordenada por juiz incompetente constitui em mora o devedor.
- 04) Quando frustrada a citação feita pelo correio, ela será feita por meio de oficial de justiça, sendo o réu pessoa incapaz.
- 08) A citação não pode ser feita aos doentes enquanto for grave o seu estado de saúde.
- 16) A citação válida induz litispendência, faz litigiosa a coisa e interrompe a prescrição.

**37** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) A parte, que alegar direito municipal, estadual, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o juiz.
- 02) O ônus da prova incumbe sempre o autor.
- 04) O documento público não faz prova da sua formação, mas dos fatos que o escrivão, o tabelião, ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença.
- 08) A parte e o terceiro se escusam de exhibir, em juízo, o documento ou a coisa se a publicidade do documento redundar em desonra à parte ou ao terceiro, bem como a seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau; ou lhes representar perigo de ação penal.
- 16) A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.

**38** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial, pela desafetação, podem ser incluídos na categoria de bens dominicais, visando à possibilidade de sua alienação. Todavia os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.
- 02) De acordo com o artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, a lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitado o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- 04) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de dezoito anos, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- 08) A emancipação, por concessão deliberada dos pais, pode ser outorgada por escritura pública ou particular.
- 16) Ab-rogação é a revogação apenas parcial da lei, permanecendo em vigor os dispositivos que não sejam afetados pela lei nova.

**39** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) A pessoa jurídica pode ser concebida como um conjunto de pessoas ou de bens, dotado de personalidade jurídica própria e constituído na forma da lei, para a consecução de fins comuns.
- 02) As sociedades simples, tradicionalmente conhecidas como sociedades civis, não têm obrigação legal de inscrever seus atos constitutivos no Registro Público de Empresas Mercantis, mas somente no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- 04) As empresas públicas e as sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito público, sendo disciplinadas pelo Direito Administrativo em razão de prestarem serviços públicos.
- 08) Nas fundações particulares o instituidor deve fazer dotação especial de bens livres, declarando o fim a que se destina, podendo ser criada inclusive por testamento, não sendo permitida a mudança de sua finalidade sem a devida comprovação de suficiência de bens.
- 16) Diante da nova regulamentação do vigente Código Civil, estão referenciadas em nosso ordenamento jurídico as seguintes espécies de sociedades empresárias: em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, em conta de participação, de capital e indústria, limitada e anônima.

**40** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Para a possibilidade da aplicação da desconsideração da pessoa jurídica é necessária a previsão das hipóteses cabíveis, em dispositivo legal.
- 02) A aplicação da teoria da desconsideração implica na anulação ou no desfazimento do ato constitutivo da sociedade empresária.
- 04) Desconsideração inversa é o afastamento do princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica para responsabilizar a sociedade por obrigação do sócio, como no caso do desvio de bens.
- 08) Ante o caráter personalíssimo dos direitos de personalidade, as normas que regem essa ordem de direitos são dispositivas e supletivas, de modo a preservar a liberdade individual expressa por meio da autonomia privada.
- 16) A invenção e o modelo de utilidade pertencem exclusivamente ao empregador quando decorrerem de contrato de trabalho cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva, ou resulte esta da natureza dos serviços para os quais foi o empregado contratado.

**41** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Acontece a aquisição derivada constitutiva quando há transferência total do direito para o seu novo titular, não mantendo o titular anterior qualquer parcela do mesmo.
- 02) A comutatividade de alguns negócios jurídicos não significa que as obrigações assumidas pelas partes podem ser equivalentes ou, presumivelmente, equivaler-se.
- 04) A anulabilidade, por não concernir a questões de interesse geral, de ordem pública, é prescritível e admite a confirmação, como forma de sanar o defeito que a macula.
- 08) Diz-se contrato sinalagmático quando é possível presumir que as vantagens projetadas serão auferidas "se" o contrato for regularmente executado.
- 16) À luz do Código Civil Brasileiro de 2002, lesão, dolo, simulação e erro são considerados vícios de consentimento.

42 – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) A sistemática do nosso Código Civil inspira-se pelo princípio da forma livre, o que quer dizer que a validade da declaração da vontade só dependerá de forma determinada quando a norma jurídica explicitamente o exigir. Todavia, não vale o ato, que deixar de revestir a forma especial, determinada em lei, fulminando-se de nulidade o negócio jurídico.
- 02) Não suspendendo os efeitos do negócio jurídico, o não-cumprimento do encargo não gera a invalidade da avença, mas sim apenas a possibilidade de sua cobrança judicial, ou a posterior revogação do negócio, como no caso de ser instituído em doação ou legado.
- 04) Tanto a ação redibitória quanto a ação *quantum minoris* são espécies das denominadas ações edilícias, existindo, entre ambas, uma relação de alternatividade, ou seja, o adquirente somente poderá propor uma ou outra.
- 08) Condição é o acontecimento futuro e certo que subordina a aquisição de direitos, deveres e a deflagração e efeitos de um determinado ato negocial – condição suspensiva, ou, a *contrario sensu*, que determina o desaparecimento de seus efeitos jurídicos – condição resolutiva.
- 16) A decadência pode ser alegada inclusive pelo juiz "ex officio", mas a prescrição não pode. Esta, em regra, só pode ser alegada pela parte a quem aproveite.

43 – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) De acordo com o Código Tributário Municipal são isentos do IPTU prédios cedidos, locados ou de propriedade de associações beneficentes, hospitais de caridade e outros desde que atendam exclusivamente indigentes.
- 02) Nos termos do Código Tributário Municipal, as omissões ou incorreções do auto de infração não acarretarão nulidade, quando do processo não constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.
- 04) O imposto predial e territorial urbano incidirá sobre imóvel localizado fora da zona urbana quando este for inferior a um módulo rural e destinar-se a sítio de recreio.
- 08) O Código Tributário Municipal admite a progressividade do IPTU em razão do tempo.
- 16) O imposto sobre a transmissão por ato oneroso inter vivos de bens imóveis, bem como cessão de direitos à sua aquisição tem como fato gerador a transmissão, inter vivos, por ato oneroso ou gratuito, a qualquer título, de propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definidos na lei civil.

44 – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Nos termos do artigo 98 do Código Tributário Nacional, os tratados e as convenções internacionais revogam legislação tributária interna e serão observados pela que lhes sobrevenha.
- 02) Um tributo pode ser estabelecido mediante ato administrativo de autoridade competente.
- 04) Quanto à função, os tributos podem ser classificados em fiscais, parafiscais e semifiscais.
- 08) A prestação tributária é cobrada mediante atividade administrativa discricionária.
- 16) Os impostos municipais não incidem sobre o patrimônio e os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios.

45 – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) As isenções condicionadas e por prazo determinado não podem ser revogadas a qualquer tempo.
- 02) A compensação é uma forma de extinção do crédito tributário possível quando o sujeito passivo é credor do sujeito ativo por parcela idêntica ou desigual àquela representativa do crédito tributário.
- 04) Em geral as imunidades e as isenções não abrangem as taxas e contribuição de melhoria.
- 08) Imposto é o tributo sem vínculo contraprestacional do Estado com o contribuinte, que estabelece uma relação unilateral entre sujeito ativo e passivo e onde o fato gerador é sempre uma conduta do contribuinte.
- 16) Os administradores de sociedades são solidariamente responsáveis com os sócios pelos débitos tributários gerados por sua infração à lei ou ao contrato social.

46 – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) O imposto sobre serviços de qualquer natureza poderá ter como base de cálculo o preço do serviço ou a receita bruta mensal do contribuinte.
- 02) A contribuição de melhoria não pode ser estabelecida em decorrência de valorização devida a obras públicas da administração pública indireta.
- 04) A taxa sanitária compreende a licença sanitária e os serviços de vigilância prestados pelo município.
- 08) As taxas devem ser instituídas exclusivamente para o custeio de serviços públicos.
- 16) Contribuição de melhoria é o tributo cuja hipótese de incidência é diretamente referida a uma atuação do Estado.

**47** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Empenho é a verificação do direito adquirido pelo credor mediante o exame de documentos e títulos.
- 02) Subvenções sociais destinam-se às despesas de capital de entidades assistenciais.
- 04) Dívida financeira é aquela que independe de lei especial sendo a consequência do desempenho das finalidades próprias da administração.
- 08) Restos a pagar são as despesas empenhadas e impagas até o fim de seu respectivo exercício financeiro.
- 16) As despesas públicas classificam-se em despesas correntes e despesas de capital.

**48** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) No processo do trabalho, destina-se o agravo de petição a atacar as decisões do juiz nas execuções, não sendo cabível no processo de conhecimento.
- 02) Como a lei considera a sociedade resultante da transformação societária uma nova pessoa jurídica, ela deve, concluída a operação, regularizar-se na Junta Comercial e nos diversos cadastros fiscais (CNPJ, FGTS, INSS, Estado ou Prefeitura), sendo que, quanto aos contratos de trabalho, basta a mera anotação na CTPS da sucessão de empresas.
- 04) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade solidária do tomador de serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial.
- 08) A contratação de servidor público, após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo artigo 37, inciso II e parágrafo 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.
- 16) O procedimento sumaríssimo é apropriado para reclamação trabalhista com valor de até quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do seu ajuizamento. Ficando excluídas as demandas em que é parte a administração pública direta, autárquica e fundacional.

**49** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Tendo como norte o princípio da intangibilidade salarial, podem ser descontados do salário do trabalhador: pensão alimentícia por decisão judicial, contribuição sindical, vale transporte até 6%, contribuição previdenciária, indenização por danos causados dolosamente, imposto de renda; desde que autorizados pelo empregado, também podem ser descontados: seguro de vida, planos de assistência médica, empréstimos, aluguel etc.
- 02) Despedido por justa causa, o empregado perde o direito à indenização do FGTS, aviso prévio, 13º salário proporcional e seguro desemprego.
- 04) O poder de direção do empregador se manifesta pelo poder de organização, poder de controle e poder disciplinar, sendo que faz parte do poder disciplinar do empregador a aplicação de sanções disciplinares aos empregados, tais como advertências, suspensões e multas.
- 08) A Constituição Federal especifica os adicionais de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas.
- 16) Em se tratando de empregado de fundação de direito público estadual, que não explore atividade econômica, presumem-se válidos os recibos de quitação ou pedidos de demissão de seus empregados, ainda que não homologados nem submetidos à assistência do sindicato ou do Ministério do Trabalho.

**50** – Sobre as assertivas a seguir, assinale o que for correto.

- 01) Não obstante a ampliação da competência da Justiça do Trabalho promovida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, às relações de trabalho com a administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, continua, como regra, a diferença entre servidores públicos estatutários e servidores públicos de emprego público, cabendo à Justiça do Trabalho processar e julgar os dissídios envolvendo apenas aqueles enquadrados nessa última categoria.
- 02) O prazo de decadência do direito do empregador ajuizar inquérito judicial em face de empregado estável que incorrem em falta grave é de 60 (sessenta) dias.
- 04) A quitação passada pelo empregado, com assistência de entidade sindical de sua categoria, ao empregador, com observância dos requisitos exigidos no artigo 477 da CLT, tem eficácia liberatória geral em relação ao contrato de trabalho.
- 08) Em dissídio individual, está sujeito ao duplo grau de jurisdição decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos ou quando a decisão estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- 16) A testemunha do reclamante que está litigando contra o mesmo empregador é considerada suspeita, razão pela qual é cabível a arguição de contradita.